



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2026



ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO GERAL	5
1.1 SITUAÇÃO INTERNACIONAL.....	5
1.2 CONTEXTO NACIONAL	6
2. PRINCIPAIS PRIORIDADES PARA A INTITUIÇÃO	8
3. OBJECTIVOS TRAÇADOS	11
4. ATIVIDADES A DESENVOLVER.....	14
4.1 PROJETOS NO ÂMBITO DO PRR	15
4.2 CONTRATUALIZAÇÃO / REVISÃO ACORDOS E CONTRATOS COM O ESTADO	16
4.3 REABILITAÇÃO DO COMPLEXO SOCIAL – ERPI / CD E COMPLEXO DE SAÚDE	18
4.4 VALORIZAÇÃO PATRIMÓNIO	19
4.5 A COMARCA DE ARGANIL	21
4.6 EQUIPA AÇÃO PALITIVA.....	21
4.7 MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS	22
4.8 MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS E ATIVIDADES DIVERSAS.....	23
4.9 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS	24
4.10 PROJETO “PERCURSOS DE COR” – INICIATIVA INOVADORA DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL (IIES).....	25
4.11 CINETEATRO ALVES COELHO.....	26
4.12 DEFESA DOS INTERESSES DA MISERICÓRDIA – Ações Judiciais	27
4.13 PROJETO “CogniMotion VR: Experiências Terapêuticas Integradas” – BPI FUNDAÇÃO LA CAIXA	28
5. ORÇAMENTO	30
5.1 RENDIMENTOS.....	31
5.1.1 DESCRIÇÃO RENDIMENTOS.....	31
5.2 GASTOS	35
5.3 INVESTIMENTOS	39
6. CONCLUSÃO.....	40
ANEXOS: Orçamento e Notas Explicativas.....	41



1. ENQUADRAMENTO GERAL

1.1 SITUAÇÃO INTERNACIONAL

É reconhecido por todos que os últimos anos têm sido marcados por uma constante incerteza, não apenas no panorama internacional como também a nível nacional.

A evolução dos conflitos regionais, designadamente a guerra que decorre no cenário europeu, colocando frente a frente a Ucrânia e a Federação Russa, resultante da invasão perpetrada por esta última em relação à primeira, assim como o conflito no médio oriente, opondo o Estado de Israel e os Palestinos, sem esquecer a questão nuclear da República Islâmica do Irão, são alguns dos problemas presentes na esfera bélica da relação entre Países.

Simultaneamente, o risco de alastramento desses mesmos conflitos não deixa de estar presente. Na Europa com o risco de envolvimento da NATO, e no médio oriente com a possibilidade de participação de vários países árabes na defesa da causa palestina.

Importa, sobre esta última situação, recordar o agravamento, ao longo de 2025, da situação humanitária na Faixa de Gaza, e o bombardeamento realizado a instalações de produção de material nuclear do Estado Iraniano.

É verdade que, no momento em que este documento é elaborado, pelo menos no campo das relações entre israelitas e palestinos aparenta existir, por interferência direta dos Estados Unidos da América, um possível acordo de paz no horizonte.

Essa possibilidade, poderá permitir a redução do potencial de alargamento do conflito no médio oriente a outros países e regiões e, consequentemente, um possível desanuviamento do clima de tensão existente, beneficiando desse modo a economia, nomeadamente por desaceleração / estabilização do preço do petróleo e os seus derivados.

Contudo, já o outro conflito de maior expressão militar, neste caso no centro da Europa, parece não abrandar, podendo representar um fator de envolvimento em larga escala de vários países, designadamente membros comuns da NATO e da União Europeia.

Tal contexto tem vindo a promover os gastos com a indústria militar, o que poderá, a médio prazo, ter consequências nos orçamentos dos países membros da NATO e da União Europeia,



com potenciais riscos para as rubricas referentes à proteção social, e muito em particular com a área da cooperação (Estado/Instituições de Solidariedade Social), isto no caso português.

Acresce a esses fatores de instabilidade geopolítica, a presença mundial de possíveis pontos de ruptura económico/financeira, entre as maiores economias mundiais, neste caso a americana e a chinesa.

E nesse particular destaque para a implementação de tarifas aduaneiras, designadamente as provenientes dos Estados Unidos da América que terão implicações no comércio mundial e nos respetivos saldos das balanças comerciais dos países, estimando o Fundo Monetário Internacional (FMI) uma desaceleração do crescimento mundial da economia, passando de 3,2% previstos para 2025 para 3,1% estimados para 2026.

Contudo, no último boletim de Outubro o Banco de Portugal (BP) estabeleceu uma previsão bem mais modesta para 2026, neste caso de 2,8% para o crescimento da economia mundial.

No caso da Europa, o acordo celebrado em 27 de Julho de 2025, e relativo à implementação de tarifas de 15% sobre a generalidade dos produtos europeus assim como a incerteza das políticas comerciais, não deixará de ter impactos no crescimento do PIB na zona euro e que se estima possa vir a ser de 0,7% no período compreendido entre 2025-2027.

1.2 CONTEXTO NACIONAL

A nível nacional não podemos deixar de referir que o ano de 2025 ficou marcado por duas eleições, uma destinada à escolha da Assembleia da República, e consequentemente ao Governo da República, e a outra referente às autárquicas, correspondendo às 308 Câmaras Municipais e respetivas Freguesias.

O ciclo eleitoral terminará em Janeiro de 2026 com a eleição para a Presidência da República, isto caso não se venha a verificar uma segunda volta para a escolha do “inquilino” de Belém.

No entanto, não podemos deixar de registar que ao nível da Assembleia da República não existe nenhum Partido maioritário, designadamente da coligação que suporta o executivo.

Este último aspeto não deve deixar de ser considerado para a estabilidade, ou instabilidade, do País e do impacto das decisões a tomar, ou da ausência de condições para a tomada das mesmas.

Contudo, as projeções para 2026, designadamente do BP, consideram um crescimento da economia portuguesa na ordem dos 2,2%, suportado pelo alívio das condições financeiras,



nomeadamente a redução das taxas de juro, as significativas transferências líquidas da União Europeia (EU), com especial incidência na execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a par das medidas orçamentais de disponibilização de rendimento, traduzidas não apenas na retenção do IRS, mas de igual modo no pagamento do suplemento extraordinário de pensões.

Quanto à taxa de inflação estimada para 2026, esta andará na casa dos 2% conforme as projeções do BP, embora o Banco Central Europeu (BCE) configure um valor um pouco superior, ou seja 2,1%.

Para a previsão da estabilização da taxa de inflação estão presentes fatores como: a apreciação do euro; a diminuição do preço das matérias-primas e a desaceleração dos custos laborais.

Obviamente algumas medidas preconizadas no Orçamento de Estado para 2026 poderão ter um efeito positivo na economia nacional, nomeadamente no aumento do consumo interno, ou na projeção de algum investimento privado, sabendo-se de antemão que o ano vindouro será fundamental para a execução dos valores alocados ao PRR.

Dessas medidas importa realçar como perspetivas, quer a redução em 0,3% do IRS, do 2º ao 5º escalão, assim como a redução do IRC para 19%, concretizando o que atrás tinha sido referido no que ao crescimento da economia portuguesa diz respeito.

Ao nível do Salário Mínimo Nacional (SMN) há a referir um novo incremento, passando de €870,00/mês para €920,00/mês, aproximando-se dos valores previstos pelo atual executivo governativo que estabeleceu o valor de €1000,00 até ao final da presente legislatura.

Este crescimento em mais €50,00 representará um aumento de 5,7%, uma ligeira redução percentual face a 2025 (6,1%) embora o aumento tenha sido também de €50,00.

A estes valores acrescem as despesas para a Segurança Social, o que totaliza no caso da Misericórdia €1.125,16, mais o seguro de trabalho.

Obviamente, e sendo os custos com os recursos humanos a maior rubrica de despesa existente nas Instituições do Setor Cooperativo e Social – sub setor solidário, a atualização do Compromisso de Cooperação será crucial, especialmente tendo como meta alcançar 50% do volume global da componente da comparticipação no âmbito da cooperação.

Mas, e apesar da aparente estabilidade nas previsões que suportam os indicadores essenciais à elaboração do Orçamento de Estado para 2026, é importante não descurar os riscos que decorrem do eventual agravamento das tensões comerciais e geopolíticas identificadas em



1.1. assim como as hipotéticas **disrupções das cadeias de abastecimento global** que daí poderão resultar.

Tais ruturas nas cadeias de abastecimento podem levar ao aumento do custo das matérias-primas, o que implicaria impactos diretos nos valores projetados quer para o crescimento económico e quer para a taxa de inflação.

2. PRINCIPAIS PRIORIDADES PARA A INTITUIÇÃO

À semelhança de anos anteriores o cumprimento dos compromissos da Misericórdia deverão continuar a ser as principais prioridades, pois só dessa forma será possível manter o trajeto da Instituição na concretização dos seus desígnios, com destaque para o apoio à comunidade e àqueles que mais necessitam.

Assim, o **pagamento dos empréstimos bancários contraídos e que totalizavam em Outubro de 2025 o montante de €1.814.611,87** (um milhão, oitocentos e catorze mil, seiscentos e onze euros e oitenta e sete cêntimos), correspondendo a um encargo mensal de €15.962,44 (quinze mil, novecentos e sessenta e dois euros e quarenta e quatro cêntimos), serão uma das preocupações da Misericórdia e subjacente à elaboração do presente Plano de Atividades e Orçamento para 2026.

Essas despesas financeiras repartem-se pelo empréstimo contratualizado junto da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo e que perfez em Outubro de 2025 o montante de € 1.665.829,30 (um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e vinte e nove euros e trinta cêntimos), seguindo-se os empréstimos contratualizados junto da Caixa Económica Montepio e divididos do seguinte modo no mesmo mês do corrente ano: Montepio E-Social, €76.650,43 e Montepio - Impacto Social €72.132,13.

Outra prioridade para a Misericórdia passa pela **entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas**, acolhendo 36 camas distribuídas pelas tipologias de Convalescença, Paliativos e Longa Duração e Manutenção.

Para tal, a publicação do **despacho n.º 11541/2025, de 1 de outubro**, reveste-se de uma importância crucial para a entrada em funcionamento da nova unidade da Instituição, esperando-se que no final de 2025 estejam concluídos os procedimentos públicos destinados à concretização da maior parte do investimento a realizar no âmbito do PRR.



E ainda no campo do PRR e dos projetos a ele submetidos/aprovados, a Instituição tem como prioridade **concluir o processo referente à reabilitação da cozinha, armazém e espaços de apoio da Instituição**, no âmbito da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), a **aquisição de uma viatura elétrica** destinada à resposta social de Centro de Dia (Mobilidade Verde – Aviso n.º 12/C03-i01/2024).

Por outro lado, a **aprovação do projeto Percursos da Cor**, no âmbito do Programa de Inovação Social 2030 | Parcerias para a Inovação Social, ao aviso de abertura CENTRO-2030-2024-25, permitirá à Instituição a **requalificação de alguns espaços exteriores do Complexo Social**, como são os casos do “Pátio das Cantigas”, junto ao refeitório principal do Lar e o “Jardim das Tílias”, adequando-os à promoção do lazer e do estímulo da população sénior que beneficia dos serviços da Instituição.

Também no campo do Complexo Social, a **higienização/reabilitação e recuperação de vários espaços no interior do edificado terá continuidade**, através de recursos próprios associados aos serviços de manutenção.

Simultaneamente, a Misericórdia irá procurar assegurar a **manutenção do respetivo edificado**, designadamente aquele que possa integrar a componente de propriedades de investimento e esteja em vida útil e com menor necessidade de intervenção, em detrimento daquele cuja intervenção seja de maior monta e envergadura.

Ainda nesta componente do edificado designado de Propriedades de Investimento, a Instituição manterá a sua atenção à possibilidade de **desenvolvimento de um projeto urbanístico nos artigos sitos no Paço Grande**, tendo em vista a geração de rendibilidade futura através da venda, ou arrendamento, para incremento das receitas no campo do património.

De igual modo, a **reabilitação do espaço que acolhia o parque infantil** próximo ao monumento da Condessa das Canas, e cujo início ocorreu ainda em 2025, deverá estar concluído com a **instalação de um jardim** que possa acolher a homenagem ao Prof. José Dias Coimbra, através da **colocação de um busto** destinado a perpetuar a sua figura e o seu papel na Misericórdia.

A transformação desse espaço em jardim abrirá desse modo caminho à **ampliação do parque de estacionamento**, destinado a servir e a reforçar o apoio ao Hospital de Beneficência Condessa das Canas, isto junto ao monumento da benemérita.



Em relação à Mata da Misericórdia, preconiza-se a manutenção dos trabalhos de limpeza e alindamento, tendo em vista permitir que este espaço natural continue a ser uma referência na vila de Arganil.

No campo da intervenção social e comunitária da Instituição, o programa de emergência alimentar suportado pela medida das **Cantinas Sociais manterá a sua atuação**, mediante os diferentes protocolos celebrados com diversas entidades do Setor Solidário.

O reforço da resposta do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) manter-se-á como uma preocupação, não apenas procurando **aumentar a capacidade instalada da resposta**, como igualmente assegurar a componente da ação paliativa já incorporada há vários anos na estrutura da mesma.

Ainda na resposta de SAD, a viabilização de uma **candidatura ao programa SAD + Saúde**, no âmbito do Portaria n.º 324/2025/1 de 7 de Abril, a desenvolver durante o mês de Novembro é também uma das iniciativas a levar a efeito, tendo em vista a sua eventual implementação no próximo ano de 2026.

O **processo da reafectação de verbas**, decorrente da revisão em baixa de que a resposta de Centro de Dia foi alvo, continuará a estar presente nos objetivos da Misericórdia, tanto mais que tal situação é muito importante para uma melhoria das receitas provenientes da cooperação com a Segurança Social.

Outro aspeto a relevar, prende-se com a aprovação de candidatura apresentada aos prémios BPI | Fundação La caixa através da **candidatura SE25-00195 CogniMotion VR: Experiências Terapêuticas Integradas**.

A Misericórdia não pode igualmente deixar de frisar neste resumo das prioridades elencadas para o novo ano, a **preocupação relativa ao modelo da Feira do Mont'Alto**, sendo que a Mesa Administrativa não deixará de pugnar pela defesa desse património histórico da Instituição.

Razão pela qual irá fazer uso da deliberação da Assembleia Geral de 31 de Março de 2025 sobre este mesmo assunto.

Quanto ao **Cineteatro Alves Coelho**, e depois da assinatura de adenda/alteração ao contrato em vigor celebrado em 16 de Abril de 2021, passando o prazo da execução da reabilitação dos inicialmente 4 anos estabelecidos para 7 anos, a **Misericórdia deverá pugnar pelo acompanhamento deste assunto, uma vez que no dia 16 de Abril de 2028, findará o novo prazo**.



Tanto mais que os sucessivos anúncios por parte da autarquia sobre este assunto, especialmente considerando a dimensão do investimento a realizar, aconselham a uma atenção redobrada para que não venham a ocorrer surpresas!

Por último, a Instituição irá procurar manter a **colaboração e apoio à Academia Condessa das Canas**, promovendo uma estreita parceria com a Escola de Ballet, através da utilização de espaços e dinamizando atividades conjuntas de promoção da dança junto dos públicos mais jovens e sénior, como tem sido o caso.

3. OBJECTIVOS TRAÇADOS

Nos últimos anos o cenário internacional tem sido pautado por uma significativa instabilidade e incerteza, razões suficientes para que as organizações tenham a necessidade de procurarem recentrarem os seus recursos na preservação da sua capacidade interna de promoção da resiliência e sobrevivência.

Por outro lado, o contexto de risco interno e externo às organizações implica assegurar a continuidade de metas cuja concretização sejam transversais e continuas no tempo, muito por razão dos processos de decisão estarem fora do controlo do funcionamento dessas mesmas organizações, mas de igual modo pela escassez de recursos que asseguraram a sua concretização, como é o caso da Misericórdia.

Assim, para o ano de 2026 a Instituição estabeleceu dois objetivos que estão enquadrados, não apenas nessa capacidade de preservação da Misericórdia face à volatilidade das circunstâncias em que desenvolve a sua ação, mas de igual modo na continuidade no tempo e na transversalidade dos seus projetos, face às necessidades da comunidade em que está inserida.

- a) Manter a política de investimentos, privilegiando respostas inovadoras capazes de contribuírem para a resolução de problemas sociais, mas de igual modo contribuírem para a afirmação da Instituição no campo social e económico;**

Neste objetivo, a Instituição procurará concluir os diversos projetos e candidaturas aprovadas no âmbito do PRR, destacando-se o **Hospital de Beneficência Condessa das Canas** que ao longo



de 2025 viu serem lançados diversos procedimentos destinados à aquisição de equipamento, destinado ao seu funcionamento.

De igual modo, o investimento iniciado com o intuito de **requalificar a cozinha, o armazém e espaços de apoio**, perspetiva-se que esteja concluído no inicio do próximo ano para, dessa forma, assegurar o reforço da capacidade de resposta da Instituição nas suas mais diversas valências.

Também a **renovação da frota automóvel**, iniciada nestes últimos anos, espera-se que tenha continuidade, designadamente com a aquisição de mais uma viatura elétrica destinada à resposta de Centro de Dia, mas não só.

Outro aspeto preconizado como importante para o novo ano que se avizinha, será a **intervenção nos espaços exteriores do Complexo Social**, nomeadamente no Jardim das Tílias e no Pátio das Cantigas, zonas cujo aproveitamento e requalificação possibilitará as criação de condições para o desenvolvimento de novas atividades de lazer e ocupação para os inúmeros utentes das diversas respostas sociais da Misericórdia.

Será do conjunto desses investimentos, que incorporam a inovação, que a intervenção junto das necessidades da comunidade e da região terá um maior impacto, e com isso a Instituição assumirá um papel de liderança em diversas áreas de intervenção, promovendo a sua afirmação no espetro local e regional.

Exemplo disso será então, a **disponibilização de mais 36 camas** no âmbito do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, distribuídas por 3 tipologias das quais duas não estão disponíveis no território (Paliativos e Convalescença), mas também o **aumento da capacidade de confeção de refeições, da capacidade de lavagem da sua lavandaria, ou mesmo o crescimento na capacidade de transporte / deslocação dos seus serviços e de utentes**.

Por outro lado, a referência à reabilitação dos espaços exteriores do Complexo Social, com incidência nos seus jardins, tendo por base os princípios da neuroarquitetura possibilitará **novas formas de intervenção em pessoas portadoras de demência**, alargando essa competência a outras Instituições locais que são hoje parceiras na implementação desta iniciativa.



b) Assegurar a operacionalidade das diferentes respostas sociais e serviços de apoio, procurando o reforço do seu impacto local;

Para ser possível todo o investimento preconizado é indispensável que as diversas atividades que a Misericórdia desenvolve, sejam também capazes de gerar rendimentos suficientes para assegurar a operacionalidade das mesmas.

Razão pela qual o reforço da componente de participação do Setor Estado ao funcionamento das mesmas é crucial, quer ao nível do Compromisso de Cooperação, negociado a nível nacional, quer ao nível dos Acordos ou contratos celebrados diretamente com a Misericórdia e as entidades intermédias desse mesmo Estado.

A esse propósito será crucial que a revisão do Compromisso de Cooperação possibilite o reforço de até 50% dos custos operacionais das respostas sociais, meta estabelecida em 1993 e reiterada em Dezembro de 2021 pela Tutela, mas que até aos dias de hoje não se encontra concretizada.

Outro aspeto que terá que ser revisto ao nível da cooperação, passará pela retirada do limite de 15% estabelecido para os utentes integrados em acordo de cooperação face ao valor de referência (1.629,00€), na medida em que esse mesmo limite cria injustiças nos casos em que os mesmos possuam um rendimento superior a esse mesmo valor de referência.

No caso concreto da Misericórdia será fundamental, para a concretização da operacionalidade das suas respostas sociais, sem desvalorizar o que atrás já foi enunciado, a conclusão do processo de reafectação das verbas libertadas pela revisão em baixa da frequência do Centro de Dia (CD).

Essas verbas, depois de canalizadas para a Instituição, são essenciais para o reforço da operacionalidade de outras respostas sociais como é o caso do SAD, cuja frequência (40) há muito que ultrapassa o numero de utentes participados pelo Estado (25).

Por outro lado, a manutenção das designadas vagas extra-acordo (hospitalares) e que no presente caso são 6, com a respetiva atualização da participação, no âmbito da Portaria 38-A/2023 de 2 de Fevereiro, é importante.

No entanto, neste aspeto, importa realçar que deverão ser feitas melhorias significativas no processo de encaminhamento pela Segurança Social, tendo em vista evitar a referenciado de pessoas com graves problemas do foro psiquiátrico e que suscitam enormes constrangimentos ao funcionamento das ERPIs.



De igual modo, as designadas **vagas cativas**, previstas em Compromisso de Cooperação, e que no caso da Misericórdia representam 10 lugares, serão importantes para assegurar a receção de verbas destinadas ao funcionamento da resposta social de ERPI. Contudo, há enormes constrangimentos no funcionamento desta modalidade.

A esse propósito, o documento que suporta a transferência dessas verbas deverá ser alvo de reflexão pelos serviços da Segurança Social, na medida em que a informação é escassa e a identificação da proveniência e do período a que reportam esses pagamentos é deveras diminuta.

Há ainda a expectativa de que a **Unidade de Cuidados Continuados Dr. Fernando Valle** mantenha os níveis de ocupação, assegurando dessa forma as verbas previstas para o respetivo funcionamento, mas sem que o parceiro Estado proceda às necessárias atualizações das diárias a pagar.

Igual necessidade se apresenta para o Hospital de Beneficência Condessa das Canas, cuja expectativa de entrada em funcionamento acarreta a respetiva ocupação por utentes sinalizados e encaminhados para a três tipologias para aí previstas serem instaladas: Paliativos, Convalescença e Longa Duração e Manutenção.

No âmbito da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR) a expectativa é a de que possa vir a ocorrer um crescimento da sua procura, face ao aumento da capacidade de resposta que resultou do reforço do seu quadro de fisioterapeutas, passando em 2025 de 3 elementos para 4, embora não deixe de ser necessário reiterar que a convenção em vigor continua aquém do desejável, isto no que diz respeito ao pagamento dos tratamentos.

4. ATIVIDADES A DESENVOLVER

Apresentados os dois grandes objetivos que balizarão o posicionamento da Misericórdia para 2026, importa agora destacar as atividades preconizadas para que essas metas sejam concretizadas.

No entanto, importa não se perder “o fio à meada”, ou seja, é fundamental que os irmãos da Misericórdia entendam a existência de uma linha de continuidade nas atividades elencadas, face a exercícios anteriores, nomeadamente pelo facto de que as condicionantes que marcaram, e marcam, a vida da Instituição, atrasaram a sua execução/implementação algumas delas.



Mas por outro lado, é crucial ser entendido que uma parte dessas atividades, pela importância que encerram em si mesmo, e pelas necessidades existentes na comunidade, são contínuas no tempo, não podendo deixar de ser executadas sem que para elas exista alternativa.

Por fim, e antes de passarmos à apresentação das atividades a destacar para o próximo exercício, importa ressalvar que a execução e implementação das mesmas será sempre condicionada pela existência de recursos disponíveis, sejam estes humanos, sejam estes económicos.

4.1 PROJETOS NO ÂMBITO DO PRR

No ano de 2024 foi apresentada uma candidatura ao PRR, mais em concreto ao aviso n.º 02/C01-i02/2023, **priorizando a aquisição de equipamento e mobiliário hospitalar, assim como o reforço nas áreas da cozinha e lavandaria**, num investimento de cerca de quatrocentos mil euros (400.000,00€).

Desses, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e um mil euros e trinta e três céntimos (345.641,33€) foram apresentados como elegíveis na referida candidatura, sendo que setenta e nove mil, quatrocentos e noventa euros (79.498,00€) em autofinanciamento.

A Misericórdia procurava assim, **instalar três tipologias de resposta no antigo hospital**, distribuídas da seguinte forma: 10 camas para Unidade de Cuidados Paliativos, 16 camas de Unidade de Longa Duração e 10 camas de Unidade de Convalescência.

No entanto, e numa primeira fase, a mesma não mereceu a aprovação desejada.

No entanto, a Mesa Administrativa não desistiu e submeteu nova candidatura ao aviso n.º 25/C01-i02/2024, acabando por vir a ser aprovada com o n.º de projeto 14640, tendo sido assinado o contrato de financiamento em Abril de 2025.

O projeto contemplou um investimento elegível de 345.641,32€, e um total de apoio no valor de 158.700,00€, o que representou e representa um esforço significativo para a tesouraria da Instituição.

No entanto, e sem qualquer apoio adicional, a Misericórdia deu início à abertura de diversos procedimentos destinados à execução do Projeto aprovado.

Neste contexto procedeu à aquisição de diverso equipamento destinado ao funcionamento da nova unidade, nomeadamente: mobiliário hospitalar, material médico, painéis fotovoltaicos e



térmicos (em curso) assim como equipamento para reforçar os serviços de apoio de Lavandaria e cozinha.

Assim, a expectativa é a de que no ano de 2026 o projeto no âmbito do PRR do Hospital de Beneficência Condessa das Canas seja concluído no prazo estabelecido e, consequentemente, sejam celebrados os contratos destinados ao funcionamento das 36 camas previstas.

Outro projeto que se preconiza vir a estar concluído, também no âmbito do PRR, é a reabilitação dos espaços de cozinha, armazém e balneários, correspondente à candidatura apresentada ao aviso 11/C03 – i01/2024, tendo sido assinado o contrato de empreitada em 30 de Maio de 2025, seguindo-se a respetiva consignação em 20 de Junho do mesmo ano, pelo valor de cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e três euros e vinte e um cêntimos (€144.673,21), após procedimento de consulta prévia.

A concretização deste projeto permitirá aumentar a capacidade de resposta do SAD, passando de 40 para 50 utentes, mas de igual modo reforçar a capacidade de resposta da instituição em outras valências ao nível da confeção e do fornecimento de refeições.

Outro processo que se espera concluído no ano vindouro está relacionado **com a mobilidade verde e a candidatura apresentada ao aviso n.º 12/C03-i01/2024**, cujo contrato de fornecimento foi já assinado em 21 de Julho de 2025, no âmbito de procedimento de consulta prévia, com o valor de €44.448,78.

A aquisição de uma viatura, no âmbito da Mobilidade Verde permitirá reforçar e renovar a frota automóvel da Instituição.

Assim, a Misericórdia preconiza para 2026 o encerramento dos três projetos em execução e apoiados pelo PRR, sendo que aos valores atrás registados acresce o IVA que se espera seja recuperável.

A concretização destes projetos “alimentam” a expectativa de que a atividade da Instituição venha a ser potencializada, ampliando o seu desempenho.

4.2 CONTRATUALIZAÇÃO / REVISÃO ACORDOS E CONTRATOS COM O ESTADO

A cooperação com o Estado tem um peso significativo na atividade da Misericórdia, pelo que se torna fundamental que a contratualização com esse parceiro corresponda às necessidades, não apenas da comunidade, mas igualmente da Instituição.



Nesse sentido, no âmbito do campo da saúde existe uma enorme expectativa de celebração de **contratos destinados à entrada de em funcionamento do Hospital Beneficência Condessa das Canas**, cuja cabimentação foi já realizado pelo Despacho n.º 11541/2025, de 1 de Outubro último.

Tendo como capacidade instalada 36 camas, a previsão será a de que estas serão distribuídas por três tipologias, a saber: Paliativos (10), Convalescença (12) e Longa Duração e Manutenção (14), todas da rede geral da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

No que concerne às tipologias de Convalescença e Paliativos, o seu financiamento decorre da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS, IP), sendo que a tipologia de Longa Duração e Manutenção incumbe de forma repartida ao ACSS,IP e ao Instituto da Segurança Social (ISS,IP).

Já no caso da Unidade de Cuidados Continuados – Dr. Fernando Valle, a expectativa é a de que seja mantida ao longo do próximo ano a **taxa de ocupação acima dos 85%**, quer para a tipologia de Média Duração e Reabilitação (12) e quer para a tipologia de Longa Duração e Manutenção (12), tendo em vista assegurar o nível de financiamento ao equipamento.

Ainda no campo do funcionamento desta Unidade, dar-se-á início ao processo de preparação da revisão do contrato para novo triénio.

No campo do relacionamento com a Segurança Social o **processo de reafectação de verbas** provenientes da redução da frequência na resposta de Centro de Dia (Sede e Secarias) voltará a ser alvo de insistência junto do Centro Distrital de Coimbra, tendo em vista a canalização das verbas libertadas pela revisão em baixa possam vir a ser canalizadas para o reforço do número de utentes em acordo de cooperação na resposta de SAD.

A concretização dessa expectativa no SAD permitirá passar de 25 para, pelo menos, 32 utentes em acordo, uma vez que a capacidade instalada nesta última valência é de 40 e, atualmente, este número está concretizado. Atente-se que este processo já se arrasta desde 2022.

No campo da Infância e juventude, e uma vez gorada a possibilidade de revisão do acordo de cooperação destinado Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), mantendo-se assim a capacidade para 60 crianças, a Misericórdia assegurará a continuidade da **Sala de Apoio à Infância (SAI)**, criada durante o ano letivo 2024-2025, e que funcionará no próximo ano com **cerca de 14 crianças**.



Para essa sala foi definido um valor fixo para comparticipação das famílias correspondente ao montante definido de comparticipação pela Segurança Social para o CATL de pontas e interrupções letivas (62,68€), isto para ano letivo 2025-2026.

Em relação à componente de Animação e Apoio à Família (AAAF), o ano de 2026 dará continuidade ao protocolo existente com a autarquia e já celebrado em Setembro do corrente ano, com efeitos a Setembro de 2025, abrangendo cerca de 34 Crianças, recebendo a Instituição um valor mensal de 30,99€/criança.

Outra componente a ser alvo de eventual renovação / revisão passará pelo Programa de Emergência Alimentar (PEA), **nomeadamente através da medida das Cantinas Sociais**, o que implicará não apenas a atualização dos valores a receber, mas de igual modo pelo número de beneficiários a apoiar, fornecendo atualmente 28 refeições diárias.

Esta medida tem sido operacionalizado através de uma rede de parcerias, composta por diversas IPSS existentes no concelho de Arganil, num total de 7 entidades, incluindo a Misericórdia, que em conjunto e mediante protocolo de colaboração, asseguram a concretização de apoio alimentar nas comunidades locais.

Importa contudo, realçar que em quaisquer das situações referidas atrás, será muito importante proceder-se, de uma forma global, a uma revisão / atualização dos valores pagos pelos Ministérios da Saúde e Segurança Social, consoante a natureza das repostas, tendo em conta o exponencial aumento de custos operacionais para as Instituições do Setor Solidário.

4.3 REABILITAÇÃO DO COMPLEXO SOCIAL – ERPI / CD E COMPLEXO DE SAÚDE

Aproveitando a aprovação do projeto **Percursos da Cor** (assunto a desenvolver no ponto 4.10), no âmbito do Programa de Inovação Social 2030 | Parcerias para a Inovação Social, ao aviso de abertura CENTRO-2030-2024-25, a Instituição perspetiva a **requalificação de alguns espaços exteriores do Complexo Social**.

Esses espaços correspondem ao “Pátio das Cantigas”, junto ao refeitório principal da ERPI - Lar e o “Jardim das Tílias”, adequando-os a diversas atividades, ao mesmo tempo que permitirão o uso protegido por utentes com processos demenciais.



Uma das atividades a dinamizar passará pela participação dos utentes no alindamento dos referidos espaços, assim como a colocação de uma pequena horta destinada ao atelier de culinária já em funcionamento.

O investimento preconizado poderá atingir 140.000,00€ (cento e quarenta mil euros), e abrangerá um número estimado de 250 utentes, entre utilizadores das respostas sociais da Misericórdia, assim como outras entidades parceiras do concelho de Arganil.

Contudo, não se ficará por aí a intervenção no Complexo Social, preconizando-se a **continuação de trabalhos de higienização e reabilitação de espaços na componente residencial**, como casas de banho, quartos e salas de atividades. Esses trabalhos utilizarão os recursos afetos à área de manutenção e logística.

Existe ainda a expectativa de que seja possível **uma nova candidatura ao PRR** para a aquisição de equipamento hospitalar destinado à Unidade de Cuidados Continuados Dr. Fernando Valle, assim como a melhoria dos espaços, através da substituição de piso e reabilitação da fachada deste edifício.

Ainda nesse edifício algumas questões decorrentes da implementação das Medidas de Autoproteção, como a substituição das **portas corta-fogo**, será ultimado.

No entanto, a Misericórdia irá manter a pretensão de continuar a apresentar candidaturas aos Fundos Comunitários, nomeadamente ao novo Quadro Comunitário – 2030.

4.4 VALORIZAÇÃO PATRIMÓNIO

Ao longo dos anos o recurso ao património, designadamente ao imobiliário, tem permitido mitigar algumas das dificuldades que têm surgido na atividade da Misericórdia.

Esse património tem sido dividido entre aquele que é essencial para a concretização da sua missão e no qual estão sediadas as diferentes respostas sociais colocadas ao serviço da comunidade e as intituladas Propriedades de Investimento (PI).

Estas últimas, para além de permitirem o complemento das receitas operacionais, contribuem de igual modo para ajudar a cobrir os avultados investimentos que têm sido realizados ao longo dos tempos, através da respetiva alienação em situações de necessidade, contribuindo dessa forma para injetar liquidez na tesouraria.



No entanto, ao longo dos anos a Instituição tem procurado manter o equilíbrio entre as suas vendas e a entrada de novo património, ou a valorização do existente, alienando apenas aquele que implica um investimento muito significativo e cujo retorno seja demasiado longo no tempo.

Assim, durante o ano de 2025 a Instituição **conseguiu aumentar o seu património**, nomeadamente ao nível das PI com doações e legados, compensando as alienações realizadas para pagar investimento ou parte deste.

No entanto, para 2026, a Instituição mantém o interesse de explorar os terrenos existentes no Paço Grande (artigos rústicos 5825, 5826 e 5827 e artigo urbano 2142), tendo em vista **desenvolver um projeto urbanístico**, especialmente depois de ter sido gorada a possibilidade do desenvolvimento de um projeto direcionado para habitação a rendas acessíveis.

Consequentemente, e uma vez que não possível a concretização de uma parceria com a Câmara Municipal de Arganil e o Instituto da Habitação (IHRU) destinada à construção de habitação para arrendamento acessível, **por única e exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Arganil**, há necessidade de rentabilização desses terrenos.

Assim, insere-se no presente projeto de Plano de Atividades e Orçamento a **pretensão de ser aberto um processo destinado à definição de um modelo, assim como de um programa de construção**, podendo incluir o recurso a parcerias com empresas privadas para o desenvolvimento de um projeto urbanístico que permita retorno financeiro para a Misericórdia, seja através da venda, seja através do arrendamento.

De igual modo, a **reabilitação do Bairro da Misericórdia** não deixa de ser uma preocupação para a Instituição, sendo que neste caso e depois do resultado negativo no âmbito de candidatura ao Programa 1º Direito, apresentada em Março de 2024 e que ultrapassou o montante de dois milhões e quatrocentos mil euros (2.400.000,00€).

Entendemos que deverá ser realçado que esta candidatura foi estimulada pela própria autarquia, tendo representado um encargo de dezassete mil e quinhentos euros (17.500,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e foi apresentada no primeiro prazo estabelecido para o ano de 2024.

No entanto, a ausência de sinalização de projetos de habitação social para a vila de Arganil, nomeadamente no acordo de colaboração firmado em Maio de 2023 entre a Câmara Municipal de Arganil e o IHRU, já antecipavam o desfecho verificado, desconhecendo a Instituição este cenário.



Neste caso, a Misericordia não deixará de ter em linha de conta a possibilidade de realização de eventuais candidaturas para a sua recuperação e reabilitação.

Ainda no âmbito da questão do património, e logo que a nova unidade (Hospital de Beneficência Condessa das Canas) entre em funcionamento, há a pretensão de dinamizar a **constituição de um pacote** composto por diversas propriedades, e a partir deste, proceder a Instituição à colocação no mercado do mesmo, com o intuito de ser feito um arrendamento global, tendo em vista uma melhor gestão e rendabilidade deste ativo.

4.5 A COMARCA DE ARGANIL

Com um pouco mais de dois mil assinantes e uma edição do jornal online, abrangendo nestas duas dimensões nove concelhos, Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã e Miranda do Corvo, para além de uma presença além-fronteiras, designadamente na Europa e nos Estados Unidos da América, *A Comarca de Arganil* é um dos mais importantes ativos da Instituição gerando, atualmente, cerca de 140.000,00€/ano em receitas.

A renovação do acesso aos apoios à imprensa regional, com especial incidência no que se refere às despesas de envio por correio, passando de 40% para 80%, poderá vir a alavancar uma perspetiva de crescimento para 2026, designadamente **aumentar o seu quadro de jornalistas**.

Para tal, o recurso à medida dos estágios profissionais, assim como a um sistema de **renting de duas viaturas**, poderá ser crucial para permitir e consolidar esse crescimento.

Com mais de 125 anos de existência deste título, *A Comarca de Arganil* deverá ainda, manter o apoio a escritores da região, ou patrocinar o lançamento de obras dedicadas a figuras marcantes nestes territórios onde mantém a respetiva presença, tendo em vista a salvaguarda da memória coletiva.

4.6 EQUIPA AÇÃO PALITIVA

Em finais de Dezembro de 2019, a Misericórdia apostou na constituição de uma equipa vocacionada para a ação paliativa, privilegiando o apoio na vertente domiciliária.

Tal opção, apesar de representar um investimento de recursos humanos mas também representar um investimento económico, veio a revelar-se o embrião para o desenvolvimento



de uma sensibilidade para a promoção de uma resposta capaz de incorporar os cuidados paliativos.

Na atualidade, e depois de dois projetos apoiados para o desenvolvimento da equipa de ação paliativa, a possibilidade de abertura da primeira unidade de cuidados paliativos no Hospital de Beneficência Condessa das Canas, poderá ser o corolário dessa estratégia.

A atual equipa de ação paliativa, que conta com profissionais da área da saúde (médico e enfermeiros, para além de outros profissionais) ao longo destes anos **já apoiou mais de 80** utentes, prestando apoio psicossocial, para além de cuidados de saúde.

Simultaneamente, e como foi referido, foi o embrião da futura equipa de cuidados paliativos, através da promoção e aquisição de novas competências para os seus elementos, nomeadamente no âmbito da componente dos Paliativos.

Razão pela qual o SAD **continuará com esta componente em 2026 integrada na sua estrutura**, mantendo a sua ação no concelho de Arganil, e com o foco na possibilidade de poder vir a ser uma extensão da nova unidade, mas com a componente de intervenção / acompanhamento em contexto domiciliário.

Para isso **continuará a contar com o apoio de clínico, enfermeira, assistente social, psicóloga e pessoal de apoio**, socorrendo-se ainda, quando necessário, de outros profissionais existentes na estrutura operacional da Misericórdia.

4.7 MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS

O património natural da Misericórdia, do qual se destaca sua Mata e os seus jardins, **continuarão a merecer a especial atenção da Instituição**, razão pela qual serão mantidas as **ações de limpeza e manutenção das faixas de proteção e gestão de combustível, assim como a reintrodução, sempre que possível, de espécies arbóreas de folha caduca e autóctones**.

Por norma, essas operações de limpeza e manutenção incidem no período compreendido entre Janeiro e Maio de cada ano, o que implica uma empenho e um esforço dos trabalhadores alocados a esse setor dos espaços exteriores, para além da limpeza dos jardins que envolvem o edificado da Instituição.

Por outro lado, existe a perspetiva de **aquisição de equipamento, como o caso de uma trituradora**, destinada ao melhor tratamento dos resíduos florestais, reduzindo a necessidade de realização de queimadas e o seu aproveitamento para outras atividades ou consumo.



As parcerias com entidades locais e regionais, incluindo com entidades do sistema de ensino, ou associações desportivas, continuarão a ter lugar na Mata, com atividades que vão desde aquelas com dimensão cultural, passando por outras como aquelas de natureza desportiva.

Nesse particular destaque para a possibilidade de **acolher a realização do Bootcamp** promovido pelo Agrupamento de Escolas de Arganil, assim como a prova anual de corta mata, **ou mesmo a prova do AÇOR BTT**, que tem passado pela Mata da Misericórdia ao longo dos últimos anos e que, cada vez mais, agrupa mais participantes.

A preservação, ou renovação, de alguns espaços de lazer, e a prestação de homenagem a figuras e personalidades da região, não deixará de ser uma atividade promotora da memória da Misericórdia.

4.8 MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS E ATIVIDADES DIVERSAS

Fundada em 1647, a Misericórdia, mantendo a sua identidade, a sua natureza, mas também o seu espírito independente, sempre pugnou a sua ação pela manutenção de uma postura de parceria, não apenas com organismos públicos, mas de igual modo com entidades privadas.

Razão pela qual manterá o apoio ao patrocínio do quadro de mérito e excelência, promovido pelo **Agrupamento de Escolas de Arganil (AEA)**, no valor de duzentos e cinquenta euros (250,00€), integrando ainda o respetivo Conselho Geral.

De igual modo, assegurará a disponibilidade para apoiar o Prémio Jorge Paiva no montante de mil euros (1.000,00€), em colaboração com o **Centro de Formação de Escolas Coimbra Interior**, para além da parceria com o **Centro Qualifica do AEA**, sem esquecer a relação com o **Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte**.

Face à relação com o AEA, e considerando o papel do anterior Provedor, Prof. José Dias Coimbra, na vinda do ensino secundário para o concelho de Arganil, a **Mesa Administrativa deverá estar atenta ao cumprimento do anúncio realizado no dia 7 de Setembro de 2024**, pelo Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Dr. Luís Paulo Costa, de atribuir o seu nome à Escola Secundária de Arganil.

Quanto à parceria com a **ADEPTOLIVA**, onde a Misericórdia assume o lugar de membro associado, serão asseguradas as presenças e participações nas respetivas reuniões da Assembleia Geral, onde procurará participar na discussão dos assuntos essenciais para o desenvolvimento da EPTOLIVA, enquanto escola profissional de referência na região e no



panorama nacional, mas de igual modo, mantendo a pretensão de reabertura do Pólo na vila de Arganil.

Será dada continuidade à **celebração de diversos protocolos**, assim como a manutenção dos já firmados estabelecidos, nomeadamente com a Câmara Municipal de Arganil, as IPSS locais, entre outras entidades, públicas ou privadas.

Por outro lado, e considerando a componente cultural, diversas iniciativas terão lugar, através da **realização de conferências temáticas**, ajustadas e definidas à medida que a atualidade local, regional e nacional, o impuserem, tendo em vista consolidar a Misericórdia como um espaço de reflexão e sensibilização.

De igual modo, **serão promovidos concertos na Igreja da Misericórdia**, pondo em uso, como tem sido habitual o seu órgão de Tubos, um dos raros em funcionamento na região e único no concelho de Arganil, recorrendo a parcerias várias, nomeadamente com a Fundação Inatel.

Ao mesmo tempo a Instituição procurará dar continuidade a uma sequência de **atividades vocacionadas para os seus utentes**, visando não apenas o lazer, bem-estar, mas também de valorização pessoal, as quais se enquadram em documento próprio.

No campo da religiosidade, a Misericórdia não deixará de **concretizar as tradicionais festividades em honra de Santa Isabel, e do episódio da Visitação**, preparando uma agenda cultural abrangendo o primeiro fim-de-semana de Julho, como tem vindo a fazer.

Ainda nesta componente, e retomada que foi, em 2024, a organização da **procissão do Senhor dos Passos**, por ocasião da Páscoa, a Misericórdia manterá a sua participação, transportando, não apenas a imagem de Cristo na Cruz, mas também de Nossa Senhora, pelas ruas de Arganil, numa procissão que, cada vez mais reúne os irmãos em seu redor.

4.9 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS

A promoção da escola Adães Bermudes, sita no Paço Grande, tem sido concretizada através do funcionamento da Academia Condessa das Canas, cujo contributo para a sua visibilidade tem passado pela Escola de Ballet que aí tem estado radicada.

Assim, e com mais de 120 alunos que beneficiam do espaço desta academia, bem como os trabalhadores que frequenta aulas de pilates, sem esquecer o público mais velho, a **colaboração e apoio a essa estrutura deverá ser mantido**.



A Escola de Ballet tem-se revelado como uma componente importante, na medida em que tem contribuído grandemente para a valorização da marca *“Academia Condessa das Canas”*, espalhando o seu nome por diversos concelhos limítrofes.

4.10 PROJETO “PERCURSOS DE COR” – INICIATIVA INOVADORA DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL (IIES)

Quando em Novembro de 2024 foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para 2025, constava já a previsão da candidatura no âmbito do Empreendedorismo Social, **tendo a mesma sido aprovada em Maio de 2025, com a designação de Projeto “Percursos de Cor”**, e que veio a iniciar-se ainda a 1 de julho de 2025, tendo uma duração/execução de três anos.

As razões para a apresentação e desenvolvimento da referida candidatura prenderam-se com a necessidade de continuar a dotar a Instituição, não apenas de competências dos seus recursos humanos, como igualmente dinamizar um vasto leque de intervenções vocacionadas para o seu público sénior, especialmente para aquela franja em que os problemas cognitivos e degenerativos fazer parte do quotidiano.

Simultaneamente, a necessidade de uma intervenção inovadora e diferenciadora, rentabilizando/reabilitando alguns dos espaços exteriores da Instituição com potencial (vide ponto 4.3), associaram-se às preocupações já referidas, procurando-se, através de parcerias promover e desenvolver novas estratégias de intervenção.

Esta Iniciativa Inovadora de Empreendedorismo Social (IIES), resultou assim, da aprovação de candidatura submetida ao Aviso n.º CENTRO2030-2024-25 – Parcerias para a Inovação Social, e tem como objetivo **testar uma metodologia de ações terapêuticas em espaços transformados**, aplicando os princípios da neuroarquitetura, com recurso à biofilia e estratégias de wayfinding através da cor, luz e sinalética, visando **criar percursos mais funcionais** para idosos e promover o bem-estar geral dos beneficiários.

Este projeto é o corolário de uma parceria entre a Associação CAUSA e a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, para além da participação de outras IPSS do concelho de Arganil, nomeadamente o Centro Social da Freguesia de Cepos, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Cova do Alva, o Centro Social e Paroquial do Sarzedo e a Assistência Folquense.

Tem como público-alvo idosos com doenças degenerativas e em situação de maior vulnerabilidade social, abrangendo **um total de 250 beneficiários**, incluindo utentes da Santa Casa da Misericórdia de Arganil e das quatro IPSS parceiras.



Para isso conta com uma equipa técnica composta por 1 médico, 1 enfermeira de reabilitação, 1 fisioterapeuta, 1 terapeuta ocupacional, 1 neuropsicóloga, 1 psicóloga, 2 animadoras e 3 auxiliares.

Nesta fase, a equipa encontra-se a realizar a avaliação inicial dos beneficiários através de instrumentos de avaliação padronizados previamente definidos.

Ao longo dos três anos, o projeto prevê:

- 1- Implementação dos princípios da neuroarquitetura nos espaços intervencionados;
- 2- Realização de dinâmicas terapêuticas adaptadas aos beneficiários;
- 3- Avaliação de impacto em três momentos: inicial, intermédia e final.

Simultaneamente, será criada uma **Comissão de Acompanhamento**, cuja composição será, previsivelmente, composta por representantes de diferentes entidades, incluindo as IPSS envolvidas (Centro Social da Freguesia de Cepos; Santa Casa da Misericórdia de Vila Cova do Alva; Centro Social e Paroquial do Sarzedo e Assistência Folquense), a Academia Portuguesa de Neuroarquitetura, a União das Misericórdias Portuguesas, a Ação Social do Município de Arganil (aguardando-se resposta ao convite endereçado), a Universidade de Medicina de Lisboa, a Ordem dos Arquitetos e os Investidores Sociais envolvidos no projeto.

4.11 CINETEATRO ALVES COELHO

Com data inicialmente prevista de término para o dia 16 Abril de 2025, o prazo para recuperação e reabilitação do Cineteatro Alves Coelho, a Instituição foi obrigada a tomar posição junto da autarquia tendo sido feita alteração à escritura celebrada em 2021, após aprovação pela Assembleia a Geral em Abril do corrente ano.

Como resultado dessa decisão e da posição tomada pela Instituição, foi estendido por mais 3 anos o prazo destinado à recuperação e reabilitação do edificado referente ao Cineteatro Alves Coelho.

Assim, a nova expectativa é a de que a Câmara Municipal de Arganil faça o cumprimento da sua promessa e do seu compromisso até 16 de Abril de 2028, data em que se perspetiva que o importante edifício esteja em funcionamento novamente.

Não obstante o prolongamento do compromisso de recuperação do imóvel, muito resultado do empenho da Mesa Administrativa que assumiu com frontalidade e firmeza junto da autarquia a necessidade de ser respeitado o contrato existente, o assunto continuará a merecer todo o



cuidado e atenção da Misericórdia, devendo esta preparar todos os cenários, que passarão pelo recurso aos meios legais/judiciais para que não haja mais surpresas no futuro.

4.12 DEFESA DOS INTERESSES DA MISERICÓRDIA – Ações Judiciais

O processo n.º 4694/20.2T8CBR, cuja matéria assenta no facto de que a Assembleia Geral da Misericórdia autorizou a utilização (Direito de superfície) de 1438 m², tendo a ARSC ocupado, indevidamente, 2697,80m², prosseguirá o seu percurso, caso, após a audiência realizada no passado dia 9 de Outubro e a respetiva suspensão por 60 dias, não seja obtido um acordo para resolução da situação.

A Instituição irá manter a sua pretensão de ser resarcida por esse abuso praticado por uma entidade pública, à revelia das deliberações tomadas pela Assembleia Geral da Misericórdia, sendo que se aguarda bom senso por parte da ACSS, entidade que sucedeu nos direitos e responsabilidades à ARSC.

Tendo sido aprovado mandato, na Assembleia Geral de 28 de Março de 2024, com plenos poderes à Mesa Administrativa para um eventual acordo, a Misericórdia estará disponível para o diálogo sem deixar de defender o seu património que, ao longo dos anos, tem sido disponibilizado ao Estado, mas sem que deste tenha merecido o respeito devido.

Em relação ao contencioso com a Segurança Social, nomeadamente a impugnação judicial (processo n.º 134/22.0BECR / UO 2 do TAF de Coimbra) relativa a liquidação oficosa de contribuições aos prestadores de serviço (Processo n.º 0601202200007200 e apensos), a Misericórdia manterá a sua posição, contra a, eventual, devolução/pagamento de verbas, por considerar que não há lugar a estas.

Será ainda intentada ação contra particular, tendo em vista a defesa do património da Instituição, designadamente a titularidade e propriedade de parte de artigo rústico sito junto à Capela do Senhor da Agonia na Vila de Arganil.

A Mesa Administrativa defende ainda junto dos Irmãos da Misericórdia, reunidos em Assembleia Geral, que a aprovação do presente Plano de Atividades considera também o reconhecimento da capacidade e autoridade para que sejam promovidos, ou mantidos, todos os processos e ações judiciais que visem a defesa do interesse da Instituição, nas suas mais diversas áreas de atuação.



4.13 PROJETO “CogniMotion VR: Experiências Terapêuticas Integradas” – BPI | FUNDAÇÃO LA CAIXA

Há semelhança de outras ocasiões, a equipa da Misericórdia desenvolveu uma candidatura aos prémios patrocinados e promovidos pelo BPI | Fundação La Caixa Séniors.

A referida candidatura, apresentada em Maio de 2025, foi designada como ***CogniMotion VR: Experiências Terapêuticas Integradas***, tendo sido aprovada em Novembro de 2025.

O projeto em causa tem uma duração prevista de 1 ano e visa promover uma vida autónoma em casa e na comunidade e prestar apoio sociosanitário e psicossocial a pessoas em situação de doença, utilizando como principal ferramenta terapêutica a realidade virtual (RV).

Por outro lado, e aproveitando as competências já adquiridas no âmbito das intervenções assistidas por animais (IAAs), o projeto irá também incorporar esta dimensão.

O âmbito da intervenção será direcionada a pessoas idosas com mais de 65 anos, abrangendo um universo de **100 beneficiários**, integrados nas diferentes respostas sociais da Misericórdia (ERPI, SAD, CD e UCCI – UMDR e ULDM), muitas das quais enfrentam declínio cognitivo, fragilidade física e sensorial, solidão ou dependência funcional.

Com a entrada em funcionamento do novo Hospital de Cuidados Continuados, financiado pelo PRR, o projeto será estendido às novas valências de UC, UCP e ULDM, assegurando uma resposta abrangente a públicos ainda mais vulneráveis.

O projeto atuará, caso seja aprovado, de forma estruturada sobre as seguintes dimensões prioritárias:

- Prevenção da fragilidade e apoio à autonomia funcional e cognitiva;
- Apoio às necessidades básicas;
- Promoção da saúde, incluindo saúde mental;
- Intervenção sociosanitária e psicológica.

O objetivo geral consiste em promover a autonomia, funcionalidade e bem-estar biopsicossocial de pessoas idosas, através da implementação de um modelo inovador de intervenção terapêutica com recurso à RV e IAAs.

Os objetivos específicos incluem:



- Melhorar a funcionalidade motora dos participantes, promovendo exercício físico seguro e adaptado com recurso a equipamentos de reabilitação;
- Estimular as funções cognitivas e sensoriais através de sessões terapêuticas com recurso à RV;
- Reduzir o isolamento social e promover o bem-estar emocional, através da integração de sessões de IAs;
- Promover o envelhecimento ativo e a participação dos utentes nas atividades terapêuticas inovadoras;
- Garantir a capacitação técnica da equipa multidisciplinar e voluntários, assegurando a qualidade e eficácia das intervenções.

A equipa técnica afeta ao projeto é composta por psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeuta, enfermeiro de reabilitação, animador e assistente social da SCMA, garantindo uma abordagem integrada e centrada na pessoa, focada na funcionalidade, saúde mental, bem-estar e participação ativa dos utentes.

Além da equipa técnica, o projeto conta com a colaboração de entidades parceiras e voluntários, que irão contribuir para a implementação e dinamização das atividades terapêuticas, assegurando suporte especializado, logístico e humano. Esta articulação permite reforçar a dimensão comunitária e inclusiva da iniciativa, promovendo a integração interinstitucional e o envolvimento ativo da comunidade local.

Quanto ao montante estabelecido em candidatura, este foi de **€73.831,97**, distribuídos por recursos humanos, aquisição de materiais e equipamentos para reabilitação física e estimulação sensorial, equipamentos de realidade virtual, formação, despesas administrativas e ações de divulgação.

A componente de apoio solicitado desse montante foi de 67,22%, ou seja, o valor de **€49.635,70**, cabendo à Misericórdia suportar a quantia de **€24.196,27**. Apesar de já estar aprovada esta candidatura, e uma vez que se desconhece se o pagamento ainda ocorrerá em 2025, a verba não está contemplada em Orçamento.



5. ORÇAMENTO

Apresentadas as principais linha de atuação preconizadas para o ano vindouro, é chegado o momento de elencar os recursos económico-financeiros conducentes à respetiva concretização dos objetivos identificados.

Contudo, importa ressalvar, à semelhança de Planos anteriores, de que a ambição gizada para o futuro exercício referente ao ano de 2026 estará sempre condicionado à evolução do contexto envolvente à vida da Instituição, razão pela qual a Assembleia Geral deverá levar sempre em linha de conta, no que à apreciação do presente documento diz respeito, a **indispensável agilidade e flexibilidade necessárias ao reajuste, não apenas das metas a atingir, mas de igual modo das atividades a realizar.**

Razão pela qual faz todo o sentido não escamotear a importância dos condicionalismos existentes à escala nacional, mas também internacional, conforme foram descritos no primeiro ponto do presente documento.

De igual modo, não podemos desvalorizar que mesmo a nível local haverá condicionantes no exercício da atividade da Misericórdia, e que deverão ser levadas em linha de conta na ação da Mesa Administrativa!

De referir ainda, que o Orçamento para 2026 contempla já a conclusão das alterações previstas no âmbito do processo de normalização contabilística, passando a conta 72 – Prestação de Serviços – a incluir os rendimentos provenientes dos Acordos de Cooperação com a Segurança Social, que transitam da conta 75 – Subsídios do Estado.

Por outro lado, regista-se um aumento muito significativo, quer do lado da receita e quer do lado da despesa, muito devido à previsão da entrada em funcionamento da nova unidade de cuidados continuados localizada no edifício conhecido por Hospital de Beneficência Condessa das Canas, suportando assim **um aumento, face ao orçamento referente a 2025, de 26% no campo dos rendimentos, e de 32% no campo dos gastos.**

Razão pela qual, a estimativa para o total dos rendimentos **passou a ser de cinco milhões, oitocentos e dez mil, quinhentos e oitenta e um euros (€5.810.581,00)**, em contraponto aos gastos previstos no montante de **cinco milhões, setecentos e sessenta e oito mil, cento e sessenta e um euros (€5.768.161,00)**.



A Misericórdia prevê dessa forma, a obtenção de um **resultado líquido positivo de quarenta e dois mil, quatrocentos e dezanove euros (€42.419,00)**, valor bastante inferior ao traçado para o ano de 2025, muito devido à entrada em funcionamento de um novo equipamento.

5.1 RENDIMENTOS

Como foi já atrás referido, os rendimentos preconizados para 2026 traduzem um crescimento, face a igual documento relativo a 2025, na **ordem dos 26,68%**, ou seja, mais um milhão, duzentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e oito euros (€1.223.868,00).

Neste caso, o valor previsto do lado dos rendimentos será de cinco milhões, oitocentos e dez mil, quinhentos e oitenta e um euros (€5.810.581,00), muito **alavancado pela entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas**, cuja capacidade prevista será de 36 camas, repartidas por três tipologias de internamento distintas.

Assim, a conta 72 apresenta um aumento de um milhão, cento e sessenta e três mil, quinhentos sessenta e oito euros (€1.163.568,00), o que significa mais 42,47% face ao orçamento de 2025, muito suportado na nova unidade.

Por outro lado, ao nível da conta 75, regista-se a possibilidade de um impacto muito significativo decorrente da **aprovação do projeto “Percursos de Cor”, resultante de candidaturas ao CENTRO 2030, conforme enunciado no ponto 4.10.**

Em concreto, a inclusão de um valor estimado em cento e quarenta mil euros (€140.000,00), robusteceu a estimativa na conta 75 – Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos – que em conjunto com o crescimento esperável na conta 72 – Prestação de Serviços, conforme atrás descrito, suportam o aumento dos rendimentos da Instituição.

5.1.1 DESCRIÇÃO RENDIMENTOS

Descrição cálculo e projeção de Rendimentos

- Nas mensalidades e nas comparticipações dos utentes e famílias em todas as respostas sociais projetou-se com base na média obtida do saldo a Setembro, replicada a 12 meses, com um montante atualizado em 2%, resultante da taxa de inflação prevista pelas entidades oficiais (BP);
- Foi considerada, na prestação de serviços (conta 72) das respostas sociais, uma manutenção dos níveis de frequência dos utentes;



- Já na rúbrica do jornal “A Comarca de Arganil”, considerou-se manter o valor da assinatura do jornal, face ao contexto social em que o país se encontra com visíveis repercuções na área geográfica da Instituição, sendo essa um território de baixa densidade populacional. A sub-rúbrica publicidade foi ainda atualizada ao montante da taxa da inflação, mantendo a representatividade de cerca de 37% do rendimento total do jornal;
- Nas demais Prestações de Serviços de que tiramos rendimentos, nomeadamente lavandaria e jardinagem, considerou-se manter as tabelas de preços pelas mesmas razões acima invocadas, tendo no entanto sido considerado o aumento da taxa de inflação;
- Considerou-se uma atualização de 2% para os acordos com a Segurança Social (conta 72, anteriormente 75, tendo em conta a alteração do procedimento contabilístico de registo dos valores recebidos provindos da celebração de Acordos Típicos com o Estado), sendo que, no caso de ERPI, foi tido em consideração 120 utentes (entre 85 Utentes em Acordo, 10 Vagas Cativas, 6 Vagas Hospitalares e 19 utentes fora do Acordo), no SAD 38 utentes, abrangidos pelo Acordo de Cooperação, neste último com a majoração de 50% para 10 utentes (serviço prestado ao fim de semana), os restantes são extra Acordo, os Centros de Dia (Sede e Secarias) contam com a frequência total de 30 utentes todos em Acordo e o CATAL com 60 utentes sendo esta a capacidade máxima inscrita no Acordo de Cooperação;
- Ainda na área da Infância fora de Acordo de Cooperação contamos com uma média de 12 crianças em idade escolar, na sala de apoio à Infância;
- Na área da saúde, o valor da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação e do Hospital Dr. Fernando Valle foi projetado a partir do histórico do exercício do ano anterior (até Setembro) com uma atualização de acordo com a taxa de inflação prevista;
- Ainda na saúde, foi introduzida a Prestação de Serviços que se prevê com a abertura do novo Hospital com 12 meses em 2026, considerando as 36 camas (10 Paliativos, 12 Convalescença e 14 Longa Duração);
- Projetou-se um recebimento de outros serviços (lavandaria, jardinagem, etc.) com base no histórico Setembro de 2025, atualizado pelo valor da inflação;
- No campo da participação da autarquia para as AAAF foi tida em conta uma frequência de 35 crianças, tendo por base um valor unitário mensal de 30,99€ de acordo com o protocolo firmado e correspondente a 11 meses;
- Considerámos o subsídio no âmbito do CENTRO 2030, ainda na Conta 75, nomeadamente no Empreendedorismo Social;
- Nas rúbricas menos relevantes considerou-se o histórico a Setembro com a correspondente atualização da taxa de inflação de 2%;



- Na conta 78 foi considerada, nos Rendimentos previstos para o ano de 2025, a Restituição do IVA, ao abrigo da legislação em vigor para as IPSS;
- Nos rendimentos e ganhos não financeiros considerámos um aumento das rendas, genericamente ao valor previsto no WWW.portaldahabitação.pt/coeficiente, isto é, de 2,24%;
- Nos subsídios ao Investimento, no que se refere à imputação anual correspondente, foi acrescido ao histórico de 2025, a subsídiação esperada relativa aos projetos do PRR;
- Estão ainda previstos outros Rendimentos com base no histórico a Setembro de 2025, atualizado com o índice de inflação previsto (2%).



RENDIMENTOS (Tabela 1)

Contas	Rúbricas Rendimentos	Períodos		Variação
		2025	2026	
71	VENDAS	0	0	0%
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	3 790 158	5 275 056	39,18%
	Serviços Prestados / Utentes / UCC	2 739 918	3 903 486	42,47%
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	2 578 577	3 753 315	45,56%
	Lar	990 924	1 045 681	5,53%
	Centro Dia	104 937	100 283	-4,43%
	Apoio Domiciliário	85 738	98 689	15,10%
	UCC	131 405	130 481	-0,70%
	ISS-UCC 1 / HOSPITAL FERNANDO VALLE	162 232	177 465	9,39%
	ARS-UCC 1	555 755	550 162	-1,01%
	Seguradoras - UCC	0	0	0%
	ATL + AAAF+SALA DE APOIO INFÂNCIA	45 409	49 470	8,94%
	Fisioterapia	109 072	142 460	30,61%
	Jornal "A Comarca"	141 083	128 362	-9,02%
	Assinantes	94 526	80 868	-14,45%
	Publicidade	46 557	47 494	2,01%
	Outros (jardinagem + lavandaria)	20 258	21 809	7,66%
	UCC - 2 / HOSPITAL CONDESSA CANAS	382 538	1 446 691	278%
	Tipologia Paliativos	0	449 999	S/C
	Tipologia Longa Duração	382 538	456 693	19,38%
	Tipo Convalescença	0	539 999	S/C
	Autarquia - AAAF	10 568	11 931	12,90%
	Centro Distrital da segurança Social	1 050 239	1 371 570	30,60%
	ISS - Acordos de Cooperação	1 010 674	1 335 493	32,14%
	Lar	617 585	834 629	35,14%
	Vaga Hospitalar Port. 38º-A	102 816	107 854	4,90%
	Centros Dia Sede	38 919	48 869	25,56%
	Centros Dia Secarias	25 946	17 771	-31,51%
	Apoio Domiciliário	179 803	235 155	30,78%
	Complemento + Demência	1 723	45 183	2522,50%
	ATL	43 880	46 032	4,90%
	ISS - cantinas sociais	39 566	36 077	-8,82%
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	6 064	153 745	2435,37%
	De Outras Entidades - IEFP, PT2030	6 064	153 745	2435,37%
	Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0%
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	16 133,40	24 418,42	51,35%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	774 273	355 828	-54,04%
781	Rendimentos Suplementares	40 260	81 170	101,62%
	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	560 349	125 611	-77,58%
787	Outros	173 665	149 047	-14,18%
	Subsídios para o Investimento	30 539	54 865	79,66%
	(...) Outros	143 126	94 182	-34,20%
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	85	1 534	1704,70%
	Total dos Rendimentos	4 586 713	5 810 581	26,68%



5.2 GASTOS

Olhando para a componente da despesa /gastos, a Instituição prevê um aumento nas suas mais diversas componentes, cifrando essa previsão num **crescimento global de 32%**, ou seja, mais um milhão, trezentos e noventa e oito mil, trezentos e quatro euros (€1.398.304,00).

Esse crescimento será suportado nas contas 62 – Fornecimento de Serviços Externos, 63 – Gastos com Pessoal, e 64 – Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização.

Assim, da mesma forma que do lado dos rendimentos o crescimento será fortemente justificado pela entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, também aqui nas rúbricas afetas aos gastos, **a justificação por esse aumento advém dessa nova resposta no campo da saúde.**

Consequentemente, a Misericórdia conta com uma despesa de cinco milhões, setecentos e sessenta e oito mil, cento e sessenta e um euros (€5.768.161,00), sendo que 69% desta corresponde a gastos com pessoal.

A conta 63 – Gastos com Pessoal – não apenas é a maior fatia dos gastos da Instituição, como é nela que subsiste o incremento dos Gastos, totalizando, previsivelmente, três milhões, novecentos e oitenta e um mil, setecentos e um euros (€3.981.701,00), um aumento de 42,85%, face ao orçamento de 2025 (€2.787.321,00).

Assim, o valor de acréscimo estabelecido é de mais um milhão, cento e noventa e quatro mil, trezentos e setenta e nove euros (€1.194.379,00), suportado, não apenas na atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) que passa de oitocentos e setenta euros (€870,00) para novecentos e vinte (€920,00), **mas acima de tudo pelo aumento do quadro de pessoal**, especialmente incluindo recursos humanos especializados destinados à nova unidade – Hospital de Beneficência Condessa das Canas (enfermeiros, fisioterapeutas, terapeuta ocupacional, etc).

Outra conta/rúbrica dos gastos que apresentará um crescimento, face ao orçamento de 2025, será a conta 62 – Fornecimento de Serviços Externos, cujo aumento estimado será de 8,9%, passando de um milhão, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis euros (€1.222.486,00), para um milhão, trezentos e vinte e oito mil, seiscentos e noventa e nove euros (€1.328.699,00), ou seja, mais cento e seis mil, duzentos e treze euros (€106.213,00), muito impulsionado pela inclusão dos serviços de catering (fornecimento de refeições), considerando a nova unidade e as exigências da mesma.



|Nota: para melhor ser feita a comparação entre o catering previsto para 2026 e o valor estimado em 2025 na componente das Mercadorias (géneros alimentares - €500.422,00) referente ao orçamento de 2025, esta última foi somada ao valor do FSE desse mesmo ano (€722.064,00), perfazendo €1.222.486,00.|

Como consequência também da entrada em funcionamento do reabilitado Hospital, a conta referente às amortizações, 64 – Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização, acaba por crescer 34,96%, passando de cento e setenta e oito mil, cento e nove euros (€178.109,00) para duzentos e quarenta mil, trezentos e setenta euros (€240.377,00), apresentando um diferencial de mais sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito euros (€62.268,00).

Descrição cálculos e projeção de Gastos

- O custo das mercadorias e das matérias foi levado à conta 626 (FSE), na modalidade de catering, considerando-se o saldo até Setembro, calculando-se a respetiva média replicada a 12 meses, com a atualização de 2% da taxa de inflação. Esta rúbrica contempla ainda, a projeção tendo em conta o aumento do n.º de refeições com a abertura do novo hospital em 36 camas (na tabela apresentada procedeu-se à respetiva mudança para melhor comparação);
- No fornecimento de serviços externos, de um modo geral (conta 62), fez-se uma projeção tendo por base o acumulado do ano 2025 (9 meses replicado a 12), levando em linha de conta a taxa de inflação, acrescido dos custos previstos com a entrada em funcionamento do novo hospital (12 meses);
- De anotar que a rúbrica Honorários contempla os gastos com o serviço de advocacia que se considerou manter face ao histórico, os Processos Judiciais existentes, com alguns destes, e novos, a transitar para o ano de 2026;
- Na rúbrica energia e fluídos considerámos uma atualização dos valores à taxa da inflação, tendo por base o histórico acumulado a Setembro do exercício de 2025;
- Nos custos com pessoal, teve-se em consideração o quadro de pessoal a Setembro de 2025, acrescido de 5% (atualização Outubro), assim como dos recursos humanos para o novo hospital obedecendo aos pré-requisitos de referência anunciados pela entidade competente, bem como a respetiva atualização do SMN (870,00€ → 920,00€) em 5,7% face ao atual;
- Nas amortizações considerou-se os elementos sujeitos a deperecimento baseado no histórico de 2025, estando estes a ser lançados em duodécimos, acrescido da projeção



das amortizações do novo hospital após a sua entrada em funcionamento e dos investimentos previstos para 2026;

- Os juros foram calculados com base nos acordos bancários firmados, nomeadamente, os seus planos prestacionais;
- Nos restantes custos foi levado em linha de conta o acumulado a Setembro e respetiva projeção, levando em linha de conta a taxa de inflação de 2%.



GASTOS (Tabela 2)

CONTAS	GASTOS	PERÍODOS		Variação
		2025	2026	
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	107 272	130 297	21,46%
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	0	0	0%
	Mercadorias (Farmácia)	40 920	67 241	64,32%
	Matérias de consumo Outros	66 351	63 056	-4,97%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1 222 486	1 328 699	8,69%
621	Subcontratados	34 261	33 990	-0,79%
	Edição/Impressão Jornal Comarca	34 261	33 990	-0,79%
	Edição/ livros Comarca	0	0	0%
622	Serviços Especializados	232 319	194 839	-16,13%
	Trabalho especializado	109 656	100 365	-8,47%
	Honorários	100 958	42 075	-58,32%
	Conservação e reparação	14 713	37 657	155,94%
	Outros	6 992	14 742	110,84%
623	Materiais	28 511	37 323	30,91%
	Ferramentas e ut. Desgaste rápido	7 449	14 157	90,05%
	Material de escritório	12 624	8 495	-32,70%
	Outros	8 438	14 671	73,86%
624	Energia e fluidos	225 573	228 177	1,15%
	Eletricidade	73 767	110 773	50,17%
	Combustíveis	124 782	96 081	-23,00%
	Água	27 024	21 323	-21,09%
625	Deslocações, estadas e Transportes	2 803	3 093	10,33%
626	Serviços Diversos	699 019	831 278	18,92%
	Comunicação	36 069	27 451	-23,89%
	Seguros	8 978	12 634	40,72%
	Limpeza, higiene e conforto	74 592	84 734	13,60%
	Outros serviços - exclui Catering	78 958	123 202	56,04%
	Outros serviços - Catering	500 422	583 257	16,55%
63	GASTOS COM PESSOAL	2 787 321	3 981 701	42,85%
632	Remunerações do pessoal	2 262 393	3 191 191	41,05%
6321	Remunerações certas	2 208 095	2 920 054	32,24%
6322	Remunerações Adicionais	54 299	271 137	399,34%
634	Indemnizações	0	0	0%
635	Encargos sobre Remunerações	482 682	721 713	49,52%
636	Seguros de acidentes no trabalho	33 485	52 549	56,93%
638	Outros Gastos com Pessoal	8 760	16 248	85,48%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	40 108	48 681	21,38%
681	Impostos	0	0	0%
682/687	Outros Gastos e Perdas em Ativos	0	0	0%
688	Outros Gastos e Perdas	40 108	48 681	21,38%
6881	Correções de Períodos Anteriores	0	0	0%
6882	Donativos	0	0	0%
6883	Quotizações	0	3 220	1000%
6884/6888	Outros Gastos e perdas	40 108	45 461	13,35%
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	178 109	240 377	34,96%
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	34 562	38 406	11,12%
Total dos Gastos		4 369 857	5 768 161	32,00%



5.3 INVESTIMENTOS

No campo dos investimentos a Instituição mantém a ambição de dar continuidade ao esforço de intervir nos seus ativos tangíveis, com destaque para a conclusão da aquisição de equipamento diverso, não apenas para o Hospital de Beneficência Condessa das Canas, no contexto de candidatura aprovada ao PRR, mas de igual modo, também para o Hospital Dr. Fernando Valle.

Assim, estabeleceu como meta investir um montante de um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco euros (€1.255.665,00), dos quais oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e sete euros (€858.687,00) serão provenientes, expectávelmente, de subsídios e trezentos e noventa e seis mil, novecentos e setenta e oito euros (€396.978,00) de capitais próprios.

A distribuição desses investimentos, conforme tabela que em baixo se apresenta, na sua maioria destina-se ao reforço da capacidade de intervenção da Misericórdia, quer criando novas respostas e quer melhorando e adequando as já existentes, em prol da comunidades e da satisfação das suas necessidades.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS (Tabela 3)

INVESTIMENTO	VALOR		TOTAL
	SUBSÍDIOS	OUTROS (Próprios)	
Total	858 687	396 978	1 255 665
Investimento Financeiro	0	0	0
Ativos fixos tangíveis	858 687	396 978	1 255 665
UCCs - MEDIDAS AUTO PROTEÇÃO	0	40 000	40 000
PROJETO PERCURSOS COM COR	140 000	0	140 000
HOSP. CONDESSA - EQUIPAMENTO+OBRA	158 700	186 941	345 641
HOSP. CONDESSA - EQUIP. REABILITAÇÃO	0	20 000	20 000
HOSP. CONDESSA - EQUIP. Médico	0	20 000	20 000
HOSP. FERNANDO VALLE - EQUIP. PRR	420 000	0	420 000
SOFTWARE E EQUIP. INFORMATICO	0	0	0
HOSP. CONDESSA - JARDIM e ESTACIONAM.	0	70 000	70 000
VEÍCULO 9L ELETRICO CADEIRA RODAS - PRR	40 000	15 350	55 350
OBRAS COZINHA/ARMAZÉM	99 987	44 686	144 673



6. CONCLUSÃO

Caros irmãos, o próximo ano de 2026 será um novo período de desafios a todos os níveis, pelo que a coragem e a resiliência, ou teimosia, que nos marca enquanto membros desta Instituição na procura da concretização da nossa missão, serão características fundamentais para obtermos o sucesso desejado.

Sabemos que o ano vindouro não será fácil, teremos que fazer opções e reagir em tempo útil, tendo em vista concretizar os vários projetos que se nos apresentam como desafios para o curto, o médio e o longo prazo.

Temos os empréstimos para pagar, um Hospital para colocar em funcionamento, investimentos para realizar e tantas outras coisas que contribuem para servir os nossos utentes, a nossa comunidade e as Obras de Misericórdia.

Por outro lado, não posso deixar de frisar que o atual mandato terminará no fim de 2026, e obviamente não podemos deixar de assumir as nossas responsabilidades, **aspeto que nos impulsiona a querer renovar a nossa continuidade junto desta Assembleia para um novo mandato.**

Não tenhamos também dúvidas que muitos desejam que falhemos a nossa missão, e a nossa principal missão, para além dos utentes, é defender a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, contra muitos daqueles que apenas a desejam usar como palco para vaidades, ou para a controlar tendo em vista atingir objetivos pessoais.

Ora esse género de pessoas não tem lugar nesta casa.

Continuaremos a defender a nossa identidade, autonomia, história, memória e, acima de tudo, o nosso caminho que percorremos desde 1647, **na expectativa de celebrarmos, em breve e já em 2027, os 380 anos com a dignidade que a Misericórdia de Arganil merece.**

Para a concretização de tal desígnio, façamos votos para que a Senhora das Misericórdias, a Senhora do Manto Largo nos proteja e ajude.

A todos vós aqui hoje presentes desejo um Santo e Feliz Natal, com a bênção do menino Jesus junto daqueles que mais amam, e um ano novo repleto de saúde e felicidade.

O Provedor,

(Prof. António Carvalhais da Costa)



ANEXOS

ORÇAMENTO
E NOTAS EXPLICATIVAS



CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS



Santa Casa Da Misericórdia de Arganil

Rua Comendador Cruz Pereira
3300-034 Arganil

NISS: 20004617166 NIPC: 501 157 654

18 ORÇAMENTO ANUAL

ANO 2026

Euros

Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERIODOS	
			N-1	N
71	VENDAS	a)	0	0
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	b)	3 790 158	5 275 056
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	c)	6 064	153 745
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	d)	16 133	24 418
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	e)	107 272	130 297
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	f)	1 222 486	1 328 699
63	GASTOS COM PESSOAL	g)	2 787 321	3 981 701
–	AJUSTAMENTO DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERÕES)	–	0	0
–	IMPARIDADE A RECEBER (PERDAS / REVERÕES)	–	0	0
–	PROVISÕES (AUMENTO/REDUÇÃO)	–	0	0
–	OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS / REVERÕES)	–	0	0
–	AUMENTO/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	–	0	0
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	h)	774 273	355 828
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	i)	40 108	48 681
	Result. antes de depreciações, gastos de Financ. Imposto	–	429 441	319 669
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	j)	178 109	240 377
	Result. operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)	–	251 333	79 292
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	k)	85	1 534
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	l)	34 562	38 406
	Resultado antes de Imposto	–	216 855	42 419

A Mesa Administrativa:

Data: Arganil, 11 de Novembro de 2025

Assinaturas:

O Conselho Fiscal:

Arganil, 28 de Novembro de 2025

Aprovado em Assembleia Geral:

12/11/2025
Ricardo Rodrigues



Notas explicativas:

a) As nossas vendas advêm normalmente da venda de livros de n/ publicação e receitas do bar da piscina. Sendo que não temos previstas receitas nestas potenciais fontes de rendimento, não se configura previsibilidade de rendimento na rúbrica “Vendas”.

b) Verba que se prevê receber da prestação de serviços:

- Mensalidades dos utentes do Lar, A.T.L., Centro de Dia, Apoio Domiciliário, AAAF UCC e Hospital de Beneficência Condessa das Canas;
- Acordos de Cooperação típicos – Segurança Social e Min. Saúde - com base na frequência dos utentes;
- Acordo de Prestação de Serviços para assegurar o serviço de AAAF, com o Município
- Fisioterapia;
- Prestação de serviços secundários como sejam a jardinagem e lavandaria a Instituições instaladas no concelho, bem como o jornal “A Comarca de Arganil”.

c) Subsídios que se preveem receber do Estado e Outros:

- Comparticipação financeira de origem atípica de outras Entidades quer sejam Estatais e/ou Privadas (IEFP – Estágios Profissionais, PT2030, etc.).

d) Trabalhos executados por pessoal da Instituição que se destinam aos ativos fixos tangíveis ou a investimento em curso, com enfoque na limpeza da mata obrigatória por Legislação em vigor);

e) Verba que se pensa bastante para aquisição:

- Fraldas para os utentes;
- Medicamentos da UCC;
- Rações para animais, sementes e adubos para a valência agrícola;

f) Verba destinada ao pagamento de Fornecimento de Serviços Externos:

- Gastos de eletricidade, gás para cozinha, aquecimento central e águas, inclui Complexo Social, Fisioterapia, Hospital de Cuidados Continuados e Hospital de Beneficência Condessa das Canas;
- Aquisição de serviços especializados de suporte à atividade principal da Instituição, nomeadamente, de alimentação, saúde, publicidade, técnicos, higiene e segurança no trabalho, honorários de advocacia, enfermagem, jornalismo.
- Consumos de material de escritório e informático p/ expediente geral;
- Ferramentas e utensílios de desgaste rápido, bem como materiais para Conservação e reparação do Complexo Social, de Saúde, património de investimento;



- Aquisição de artigos de limpeza, higiene e conforto, de pequenos utensílios, comunicações, seguros, instalações, deslocações e estadias, contencioso e notariado, material didático e encargos de saúde c/ os utentes, entre outros;

g) Montante previsto para gastos com pessoal:

- Remunerações, subsídios de Natal e Férias, contemplando as reclassificações no CCT das Misericórdias;
- Turnos, prémios de produtividade, isenção de horário, trabalho noturno e abono de falhas de caixa;
- Formação profissional;
- Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- Outras despesas com o pessoal, nomeadamente, medicina do trabalho e fardamento;

h) Rendimentos de:

- Quotas da Irmandade, Campo Dr. Eduardo Ralha e comparticipação nos consumíveis (fraldas, pensos, etc);
- Serviços sociais que não se refiram à atividade principal da instituição;
- Valores de Restituição de IVA já liquidado ao Estado e mecanismo recuperação de IVA em sede de PRR;
- Investimentos não financeiros, ou seja propriedades de investimentos, ativos fixos tangíveis (rendas)
- Imputação de subsídios ao investimento.

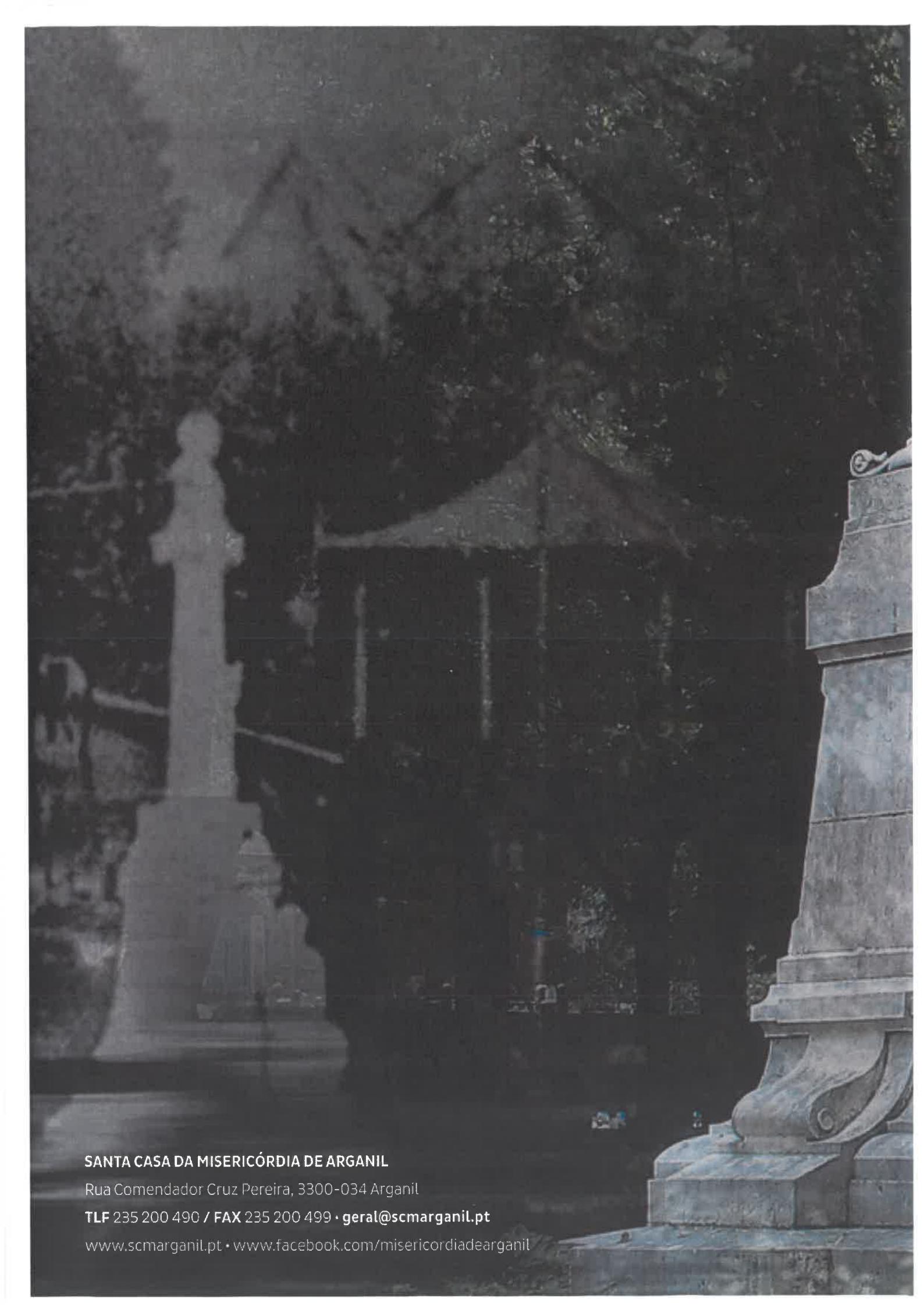
i) Nesta conta encontram-se previstos gastos com:

- Gastos com Cantinas Sociais (parceiros);
- Donativos concedidos;
- Comissões e Taxas;
- Quotizações à União das Misericórdias, outras entidades;

j) Valores prováveis para os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis (instalações e equipamento, incluindo o novo Hospital e os investimentos previstos para o ano);

k) Rendimentos obtidos de depósitos e outras aplicações (depósitos a prazo, garantia bancária);

l) Juros e Gastos com financiamentos obtidos.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 Arganil

TLF 235 200 490 / **FAX** 235 200 499 · **geral@scmarganil.pt**

www.scmarganil.pt · www.facebook.com/misericordiadearganil